A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CONTEXTO DO TRABALHO INFANTIL: EXPLORAÇÃO NO TRÁFICO DE DROGAS

LA IMPLEMENTACIÓN DE LOS DERECHOS DE NIÑOS, NIÑAS Y ADOLESCENTES EN EL CONTEXTO DEL TRABAJO INFANTIL: EXPLOTACIÓN EN EL NARCOTRÁFICO

Maria Izabel Costa de Carvalho[1]

RESUMO

A pesquisa possui como tema a efetiva aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente no combate ao trabalho infantil no âmbito do tráfico de drogas. O trabalho tem como objetivo geral analisar as causas e consequências da exploração do trabalho infantil no tráfico de drogas. Os objetivos específicos são compreender a proteção jurídica contra a exploração do trabalho infantil no tráfico de drogas, contextualizar o trabalho infantil no tráfico de drogas no Brasil, bem como verificar as causas e consequências da exploração do infantil no tráfico de drogas. O método de pesquisa foi o indutivo. Os principais resultados alcançados foram uma análise distorcida por parte de adolescentes visando uma vida melhor com o "trabalho" no tráfico de drogas, um déficit na efetivação do Estatuto de Criança e do Adolescente deixando de haver a aplicação da Tríplice Responsabilidade para garantir a Proteção Integral.

Palavras-chave: Adolescente; criança; exploração; trabalho.

RESUMEN

La investigación se centra en la aplicación efectiva del Estatuto del Niño y del Adolescente en la lucha contra el trabajo infantil en el narcotráfico. El objetivo general es analizar las causas y consecuencias de la explotación laboral infantil en el narcotráfico. Los objetivos específicos son comprender las protecciones legales contra la explotación laboral infantil en el narcotráfico, contextualizar el trabajo infantil en el narcotráfico en Brasil y determinar las causas y consecuencias de la explotación laboral infantil en el narcotráfico. El método de investigación utilizado fue inductivo. Los principales hallazgos fueron un análisis distorsionado por parte de los

[1]Acadêmica de Direito pelo Centro Universitário da Região da Campanha e Criminologia pelo Centro Universitário Pitágoras Unopar Anhanguera, mariaizabelcostadecarvalho@gmail.com

adolescentes que buscan una vida mejor a través del "trabajo" en el narcotráfico, un déficit en la implementación del Estatuto del Niño y del Adolescente y la falta de aplicación de la Triple Responsabilidad para garantizar la Protección Integral.

Palabras clave: Adolescente; niño; explotación; trabajo.

1 INTRODUÇÃO

Este presente trabalho tem como objetivo analisar as causas e consequências da exploração do trabalho infantil no tráfico de drogas. Como objetivos específicos busca-se compreender a proteção jurídica contra a exploração do trabalho infantil no tráfico de drogas, contextualizar o trabalho infantil no tráfico de drogas no Brasil, bem como verificar as causas e consequências da exploração do infantil no tráfico de drogas.

O problema questiona: Como se estabelecem as causas e consequências da exploração do trabalho infantil no tráfico de drogas?

O adolescente que é levado a entrar na vida do crime pode ter diversas motivações como fatores sociais desfavoráveis, busca por ascensão ou sustento familiar. A falta de perspectiva proporcionada pelo contexto em que vivem ou as responsabilidades trazidas com a pobreza levam jovens a serem corrompidos para o cometimento de atos infracionais.

O Ordenamento Jurídico Brasileiro buscou desde a sua redemocratização concretizar o acesso à direitos e garantias fundamentais a toda sua população, pois havia sido devastado pela exploração por séculos e num passado recente por uma ditadura. Então com a Constituição Cidadã se trouxeram ideais Iluministas de Liberdade, Igualdade e Fraternidade para a construção de uma sociedade mais justa, concretizando uma luta de séculos.

Nessa perspectiva, o Art. 227 da Carta Magna trata sobre o princípio da proteção integral e institui de forma primária a sociedade um olhar de dignidade, em conjunto com outras disposições de seu texto, perante as crianças e adolescentes. A consagração do Melhor Interesse da Criança e do Adolescente deve pautar o exercício dos 3 poderes, para que toda sociedade possa ao fim aplicá-lo. A Constituição Federal

foi o marco temporal teórico que estabeleceu no Brasil a proteção integral da criança e do adolescente.

Destarte, o Estatuto da Criança e do Adolescente promulgado em 1990 vem em à luz da Constituição dispor sobre qual tratamento será dado ao grupo e por quem, reforçando a tríplice responsabilidade. Bem como partiu do princípio de que todas as pessoas desse grupo eram iguais perante a legislação. Visando o pleno desenvolvimento desse grupo, de forma em que cresçam saudáveis e com cidadania garantida.

No Brasil observa-se um fenômeno de desigualdade social em voga, muito fomentado pela geopolítica internacional, em que o país é considerado emergente ainda e em um contexto de globalização essa situação se amplia.

As crianças e os adolescentes em situação de vulnerabilidade econômica, buscam uma inserção social na sua comunidade ou mesmo no contexto capitalista em uma chance de consumo. Deparam-se com o desemprego e, em ambiguidade com ofertas arbitrárias ou até mesmo paternais que lhe dispõem acesso a trabalho, bem como acesso a poder de compra. É nesse contexto de vulnerabilidade econômica, social e até mental que diversos jovens são captados para do crime. Onde o Estado faz um esforço no âmbito legislativo, carece de conscientização social e os criminosos oportunamente observam as lacunas existentes nas realidades dessa juventude. Esse leque de garantias proporcionou aos menores de 18 anos muitos bônus, mas deixou uma porta “entre aberta” para que adultos observando suas fragilidades etárias pudessem visar lucro.

O ingresso no mundo da criminalidade durante a juventude traz inúmeros prejuízos a formação cidadã estabelecida como base no país, além dos riscos que o indivíduo se expõe no seu cotidiano.

O Estatuto da Criança e do Adolescente tem como essência o pilar do tríplice responsabilidade para o Estado, a sociedade e a família, que com a redemocratização e promulgação da Carta Magna humanizou o olhar perante o grupo vulnerável.

O método de procedimento foi o monográfico. O método de pesquisa foi o indutivo. Como técnicas de pesquisas, utilizou-se a bibliográfica e a documental. As

bases das consultas realizadas foram bibliotecas virtuais, o Google Acadêmico e a legislação brasileira.

2 O CONTEXTO DO TRABALHO INFANTIL NO TRÁFICO DE DROGAS NO BRASIL

A Constituição Federal de 1988 visou a expansão dos direitos fundamentais, trazendo ao grupo absoluta prioridade e os enxergando como seres de direito, ou seja, uma visão humanizada (Pereira e Melo, 2003).

A Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente caracteriza-se como documento fundamental para garantia de direitos fundamentais e olhar humanizado para o grupo vulnerável. Essa Legislação trouxe um importante vetor social, a tríplice responsabilidade, ou seja, a partir de agora a família, o Estado e a sociedade deveriam zelar pelo bem estar das crianças e dos adolescentes. Possibilitando a aplicação do princípio da dignidade da pessoa humana já idealizado no Texto Maior, cabe aqueles que descumprirem serem penalizados, por se tratarem os direitos dispostos de direitos inalienáveis. As crianças e os adolescentes não devem ser expostos a qualquer tipo de violência (Costa, 2019).

A participação de adolescentes no contexto da traficância tem suas peculiaridades, em que pese o tema seja amplamente discorrido no cotidiano das ciências sociais, destaca-se que esses indivíduos tem direitos a aplicações de penas diversas a daqueles imputáveis. As medidas socioeducativas tem um condão pedagógico e de responsabilização, não se caracterizando como meras punições, sendo regidas pelo ECA. O adolescente não é preso, pois pratica ato infracional equiparado a crime, mas sim é apreendido, a finalidade do dispositivo é compreender o caráter de evolução do adolescente específico ao seu estágio de vida e prevê uma resposta adequada a sua responsabilização; havendo diversas medidas diversas a restrição de liberdade que podem ser aplicadas (Dias e Linhares, 2023).

As medidas a restrição de liberdade perante o adolescente infrator devem ser consideradas excepcionais, se restringindo a atos praticados mediante violência ou grave ameaça, busca-se a construção de uma identidade cidadã e de uma dinâmica social funcional na aplicação das medidas socioeducativas. O tráfico não

compreende violência ou grave ameaça, embora haja entendimento de alguns julgadores substituindo o entendimento do legislador de que haja, conforme foram ocorrendo diversas decisões no sentido de manter adolescentes que incorreram no ato infracional análogo ao tráfico, o Supremo Tribunal de Justiça editou a Súmula 492, a fim de reafirmar que a privação de liberdade só deve ser aplicada em casos excepcionais. No âmbito jurisprudencial há uma confusão acerca de definições epistemológicas, gerando prejuízos as garantias fundamentais do grupo vulnerável (Dias e Linhares, 2023).

Conforme constatado por Fraga e Rodrigues, em sua análise, obtiveram os seguintes resultados:

> 24 processos sentenciados foram analisados onde 3 jovens eram do sexo feminino; 24 jovens do sexo masculino; 14 e 17 anos era a idade que ficavam todos infratores; 1 analfabeto; 19 com ensino fundamental; 5 com ensino fundamental; 15 sem cor de pele identificada; 8 com cor de pele negra; 5 com cor de pele parda; 0 com cor de pele branca; 13 exerciam trabalho lícito antes da apreensão, em postos não profissionalizados; 8 eram reincidentes; 2 pais falecidos; 5 pais desconhecidos; 20 pais constantes no registro; 0 tiveram figura paterna acompanhando na delegacia ou em juízo (papel assumido pela figura materna) (Fraga e Rodrigues, 2020, p. 7-14)

A maior parte desses adolescentes foi encontrada e apreendida no centro da cidade ou em bairros periféricos.

Há uma relação entre a crescente violência do país e o aumento do tráfico no Brasil, visto que esse comércio ilegal gera outros tipos de crime. Esse fenômeno expõe as crianças no seu seio social a diversos riscos, bem como as torna as próprias autoras desses crimes, em pleno processo de formação. A adolescência é uma fase em que há uma impulsividade maior em vigor no ser humano, nesse sentido, esses jovens estão mais propensos a atos delituosos. Esses jovens estão em pleno desenvolvimento no momento em que são aliciados para o mercado ilegal (Petruco, 2019).

Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, considera-se adolescente:

> Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e **adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade**.

> Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade. (grifo nosso)

Nesse sentido Petrurco afirma que: “Os ‘’soldadinhos do tráfico’’ estão cada vez mais cedo entrando no mundo do crime, sendo explorados e praticamente abandonados em uma fase tão sensível e importante de desenvolvimento.” (Petruco, 2019. p. 7)

Cabe ao Estado regulamentar e garantir os direitos humanos aos seus cidadãos, bem como instituir políticas públicas que gerem esse acesso. Os jovens periféricos são os principais alvos dessas mazelas sociais, sedo prejudicados na sua formação enquanto cidadãos e ser humanos. O princípio da Proteção Integral assegura também uma atuação conjunta para o bem-estar e efetivação das garantias à infância e juventude brasileira (Petruco, 2019). Os direitos que o Estado deve efetivar vão alicerçar um crescimento saudável e pleno, buscando menos injustiças sociais.

Nesse sentido (Freitas, 2017, p. 22) afirma que:

> Em viés paralelo à figura do Estado, deve estar, a família, dando o suporte necessário e básico para que a criança forme a sua personalidade de forma positiva. Porém, tanto um como o outro acaba falhando em determinado momento, passando a responsabilidade de forma indireta para a sociedade, que em determinados casos acaba se beneficiando de uma pessoa frágil, tanto psicológica como fisicamente, de forma a corrompê-la criminalmente.

Observa-se então, que o crime age de forma a descobrir no interior das realidades culturais e sociais quais são os pontos viáveis para exploração (Freitas, 2017).

2.1 As causas e consequências da exploração do trabalho infantil no tráfico de drogas

O tráfico é uma indústria e funciona na mesma lógica, tendo como etapas a produção/fabricação, distribuição e comercialização. Posteriormente ocorre a lavagem de dinheiro para legitimação da entrada do dinheiro ilícito no mercado econômico legal. Os jovens são usados principalmente na etapa da comercialização, onde há um contato direto com o consumidor final e com o traficante-chefe. Seu

trabalho é sigiloso e exige constante vigilância. É nesse momento que ficam sendo o "elo" entre o dono do ponto de venda e os fregueses (Feffermann, 2018).

O tráfico de drogas atualmente é um dos ramos mais lucrativos e "emprega" um número considerável de pessoas anualmente, visto que nesse âmbito é necessário a mão de obra humana para que se constituam os seus verbos, descritos no ordenamento jurídico (Feffermann, 2018).

Conforme o Art. 33 da Lei 11.343 de 2006:

> Art. 33. **Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar**:
> Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa. (grifo nosso)

A geopolítica do tráfico de drogas reflete de forma clara a distribuição desigual e dependências econômica que países emergentes sofrem até os dias atuais. Em meados de 1980 quando a crise econômica assolava a América Latina, houvera então ambiente adequado para que o narcotráfico captasse mais pessoas, devido a situação vulnerável dessas, esse era um terreno fértil.

Nota-se que o grupo vulnerável dos adolescentes sofre com as mazelas da criminalidade de forma dupla, por diversas vezes, buscando se reconhecer em algumas situações como "pares" em suas comunidades à aqueles que convivem e buscando uma ascensão comercial a qual o capitalismo impõe. Esses jovens que ainda estão na fase mais importante de formação cerebral, por maioria das vezes são usados como "mulas", posteriormente visando uma inclusão no seu grupo e uma escalada na marginalidade (Feffermann, 2018).

Conforme Feffermann: *"*Os jovens e adolescentes pobres fazem parte do elo mais frágil das correntes do narcotráfico, e é neles que se materializa a imagem do perigo, da ameaça e da violência" (2018, p. 139).

O consumo de drogas se expandiu com a globalização, assim como a maior parte dos fenômenos da vida em sociedade que já ocorriam, levando a uma conexão quase instantânea dos assuntos no mundo. De modo que o acumulo de capital com o narcotráfico atualmente é altíssimo, sendo o segundo maior negócio perdendo

apenas para o tráfico de armas. No contexto onde há uma população desempregada, desesperançosa pelo próprio fenômeno social que se vislumbra e uma falta de políticas públicas para conscientização social acerca da dignidade da pessoa humana; essas características se tornaram terreno fértil para expansão mercantil criminosa (Feffermann, 2018).

A violência e a inserção de jovens no mercado da criminalidade podem ser consideradas uma forma de construção de identidade, momento em que projetam na sociedade seus desejos e angústias. Por outro lado, o tráfico de drogas, pode ser visto como uma forma de se inserir no ambiente de trabalho, por ter uma lógica e funcionar, mesmo que de forma inversa a lógica instituída na moral e na legalidade, gera uma força de trabalho. Como já enfatizado pela Organização Internacional do Trabalho é preciso que se erradique as piores formas de trabalho, inclusive onde muitas crianças e adolescentes estão envolvidos (Feffermann, 2018).

Se analisou que os jovens são o que une o mercado ilícito e o consumidor final, sendo importante vetor no funcionamento do tráfico de drogas. Essas relações sociais demonstram que a manutenção do poder perante essas pessoas se dá por meio de suas fragilidades, impondo-lhes respeito de forma arbitrária ou até mesmo de forma paternal (Feffermann, 2018).

Nesse sentido, (Feffermann 2018, p. 146) afirma que:

> Na força de trabalho destes jovens está embutido o risco, assumido para proteger o patrão e o risco de serem detidos ou mortos pelos policiais, pelo traficante ou pelos concorrentes. Eles são o “elo” entre o dono do ponto-de-venda e os consumidores, os fregueses da droga, garantindo a circulação da droga. A arma é o instrumento de garantia da segurança desse trabalhador-vendedor.

O fenômeno em questão tem complexidades que permeiam a realidade brasileira, partindo de uma ideia de mercado, funcionando como uma lógica organizativa. O trabalho dignifica o homem e na sociedade contemporânea possui papel fundamental no sentido de dar rumo a vida das pessoas, gerando consciência humana (Costa, 2019). Como se observou em análise com adolescentes infratores, esses estão condicionados a essa forma de exploração e quando lhe foram mostradas imagens com trabalhos exercidos – como montagem de bicicleta – esses classificaram

como “trabalhosas”. Ademais, verificou-se que os adolescentes internados na FASE-RS identificam o tráfico de drogas como trabalho, visto que gera um fim lucrativo.

Conforme afirma e observa (Costa, 2019, p. 14 e 15):

> É possível identificar que a construção da noção de trabalho dá-se pela contraposição ao tráfico de drogas, embora não seja necessariamente o oposto dele. Essa percepção, aparentemente contraditória, aparece, por exemplo, quando os adolescentes afirmam que quem trabalha “não pensa em crime”, embora a figura que representa a negação do trabalho não seja a atividade no tráfico, mas a dita “vagabundagem”, isso é: “ficar na baia ali, sem fazer nada, não lava nem uma louça, não limpa nem um pano ali (…)”. Os adolescentes parecem compreender o trabalho como um instrumento de fuga tanto da vida no crime, como da prisão; mas, ainda assim, compreendem que participar do tráfico de drogas significa aderir a um certo trabalho:
>
> C: É que nem eu, eu trafico, eu trabalho.
> (…)
> P: Então tu acha que tá faltando alguma coisa aqui? *(referindo-se às fotos representativas de trabalho)*
> C: Tá faltando os neguinho na favela trabalhando…
> D: Claro.
> C: É mas é!

É notório que a compreensão desses adolescentes se dá a partir do fator lucro, condiciona-se o trabalho ao fato da obtenção de lucro e não da dignificação humana. Sendo uma ideologia social baseada no desempenho, onde há uma “vantagem” enxergada por esse grupo. Percebe-se que a permanência no tráfico se dá por motivos financeiros ou mesmo pela produção de valores, exteriorizando-se os direitos subjetivos humanos de ideais sociais visando uma paridade, uma vez que o sentimento de pertencimento e lealdade estão entranhados no fenômeno do tráfico de drogas. Os adolescentes destacam que essa renda que os fez entrar no “embolamento”, vai fácil, mas os motivos que lhes fazem permanecer são vários como as questões de honra e até mesmo sobrevivência devido a forma arbitrária em que lhes é imposto a continuidade. Em contraponto, referem que há auxílio a comunidade em que residem para uma cesta básica, gás. (Costa, 2019).

Há um sentimento de defesa do local onde vivem de agentes externos, pois as palavras “guerra” e “morte” fazem parte de seus cotidianos e esses têm como um dever a proteção local. Exercendo o papel de “guerreiros”. Os jovens relatam cansaço, vinculando de forma clara o trabalho ao cansaço e observa-se de forma objetiva o

risco de morte no interior desse agrupamento de situações, em que um deslize é suficiente para a letalidade (Dias, 2023).

O tráfico de drogas envolve diversos contexto, diante de uma conotação econômica, mas com nuances sociais, políticos e culturais. Demonstrando de forma marcante o funcionamento da sociedade capitalista envolta na modernidade líquida, com a violência entranhada e fomentada (Ferreira, 2023).

Portanto, tem-se que a exclusão social e a necessidade de inclusão na vida marginalizada são fatores preponderantes, bem como a expansão global do comércio de drogas que com as “facilidades” da vida cotidiana atual consegue tornar a temporalidade fugaz em um fator também preponderante, adjunto a situação econômica e social do Brasil que traz uma necessidade por sobrevivência (Feffermann, 2018).

O trabalho infantil em qualquer de suas formas é uma violação a democracia, principalmente a dignidade da pessoa humana, especialmente as garantias fundamentais das crianças e adolescentes. Ocorre que no Brasil, por um falso argumento de garantia de sobrevivência, o trabalho infantil foi normalizado. Sendo a pobreza inerente a todas as formas de trabalho infantil, dentre as diversas. Diferentemente das outras formas de trabalho e exploração infantil, que são vistas de forma natural, o tráfico de drogas é visto com reprovação. O contexto da traficância no trabalho infantil é considerado uma das piores formas de trabalho infantil em atividades ilícitas, devido as consequências em que apresenta (Kern, 2022).

As crianças e os adolescentes exploradas pelo tráfico de drogas sofrem as consequências dos estigmas criados acerca da normalização do trabalho infantil, sendo por parte da sociedade criado um imaginário maniqueísta da justiça penal em que existem bons e maus. Existe uma espera de que as leis e a estrutura jurisdicional resolverão os problemas sociais por si só (Kern, 2022).

A criminologia critica levanta o questionamento sobre a rotulação e estigma social, como isso reflete na produção de normas penais e agencias de controle responsáveis pela segregação (Kern, 2022).

A pobreza infantil é a principal causa do trabalho infantil no tráfico de drogas, levando os jovens infratores buscarem subsídios para sobrevivência no

mundo no crime. Outro ponto relevante é a globalização no contexto capitalista, que usurpa de países em desenvolvimento e suas mazelas para aproveitamento de infantes, usufruindo da falta de acesso a bens básicos de consumo que essas populações vulneráveis enfrentam. A exclusão social em que crianças e adolescentes periféricos são marcados é um fator preponderante, levando-os a buscar reconhecimento. Sendo influenciados por seu meio (Kern, 2022).

Observa-se que a vivência nesse mundo leva e acarreta a prejuízos na saúde física e psicológica, como consumo de drogas e jornadas exaustivas. Além do risco constante de morte que esses jovens correm se expondo na linha de frente. Esses jovens tendem a abandar a escola precocemente, acelerando seu processo de amadurecimento de forma equivocada, há uma estigmatização, pois por ser uma forma de trabalho traz consigo todas responsabilidades que um exige, fazendo com que se perda a forma lúdica de ver a vida (Kern, 2022).

5 CONCLUSÃO

Portanto, tratam-se de pessoas em situação de vulnerabilidade em diversos aspectos e que merecem uma instauração de políticas públicas efetivas com urgência. Como a Organização Internacional do Trabalho já destacou, esses são incluídos em diversas situações de exploração infantil, sendo o comércio ilegal de drogas um desses vetores. O tráfico de drogas hoje é o segundo comércio mais rentável do mundo, perdendo apenas para o tráfico de armas, sendo nesse contexto de expansão e domínio que os líderes captam esses jovens para fins de traficância. O narcotráfico constitui um “trabalho” insalubre e de alta periculosidade para qualquer um que o efetue, principalmente para pessoas em pleno desenvolvimento, há de se ressaltar que esses agem mais impulsivamente que adultos, devido as suas características etárias, então enfrentam ainda mais sujeições perigosas no cotidiano da traficância.

Ao longo desse trabalho se buscou trazer à luz a importância da eficiência do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como a plenitude do direito a dignidade. É forçoso que a sociedade, o Estado e a família, junto, ajam de forma a assegurar um

futuro cidadão e pleno as gerações futuras, de forma que essa garantia os foi dada de forma expressa no Ordenamento Jurídico Brasileiro. Com a promulgação da Constituição Cidadã e posteriormente do Estatuto da Criança e do Adolescente, a fim de incluí-los no escopo da redemocratização do país. Embora exista uma grande evolução legislativa no tocante a Proteção Integral, em contrapartida o crime se adequa as lacunas deixadas pela sociedade como um todo e busca nelas formas de adentrar na vida desse grupo, de forma que esse fenômeno deve ser aprofundado em outro momento. O Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe de forma clara e objetiva à Luz da Lei Maior como toda a população deve agir para zelar com as futuras gerações, ocorre que a estrutura do país carece de diversos pilares, sejam econômicos, sociais ou até mesmo educacionais, para que esses dispositivos sejam efetivados em favor desses jovens. O Superior Tribunal de Justiça já entendeu a internação provisória como medida a ser aplicada quando não houver outra cabível, em se tratando de ato infracional análogo ao tráfico de drogas.

Os jovens estão em pleno desenvolvimento e o Ordenamento buscou protege-los de forma plena e eficaz para que cresçam saudáveis e com dignidade. Visando a proteção integral e o melhor interesse crianças e adolescentes, que se constituiu ao longo de lutas históricas, que tiveram como objetivo a proteção desses direitos e criação de normas efetivas acerca do tema que trata do grupo vulnerável.

Nesse contexto, de alguma forma esses adolescentes são atraídos para o tráfico de drogas por meio das lacunas identificadas pelos líderes desses movimentos e se mantém no movimento por questões financeiras ou sociais. A ideia de que o cansaço é o que constitui trabalho fez com que houvesse então uma ideologia criada em torno do exercício “digno” do tráfico de drogas. Entretanto, ao mesmo tempo que o tráfico é sinônimo de trabalho, se estabelece como adjacente a violência como elemento constitutivo, porém essa afasta de forma veemente o tráfico do real significado de trabalho. É notório que esses jovens estão na linha de frente dessa guerra e que fazem a parte da logística mais arriscada, ou seja, nas ruas e no cotidiano da traficância. A adesão dessas pessoas no contexto desse fenômeno precisa ser analisada pela perspectiva de que os próprios sujeitos dessa realidade não compreendem a sua dinâmica tal qual ela é.

"Trabalhar" no tráfico é uma atividade arriscada, que pode ser letal ou gerar o encarceramento, porém traz aos jovens um sentimento de pertencimento e uma ideologia social de luta contra agentes externos. Cabe ressaltar que a desigualdade social enfrentada pelo Brasil é um grande vetor no fenômeno da exploração de jovens por esse mercado ilegal, não existem políticas públicas eficazes que de fato contribuam para que, além da sociedade, família e Estado, esses se enxerguem como seres de direitos e detentores de dignidade humana. Ao não perceberem que o tráfico constitui uma exploração, nem mesmo se enxergam como incluídos nessa realidade exploração constante. Esses infratores devem ser compreendidos como vítimas que tem suas vulnerabilidades exploradas, sendo usados como mão de obra barata. A sociedade deve compreender que o tráfico de drogas compõe uma das piores formas de trabalho infantil, antes de ser um ato infracional, é uma violação a garantias constitucionais.

É necessário compreender o contexto de adolescentes infratores no âmbito da traficância à luz da Modernidade Líquida, essa é uma realidade complexa que permeia o funcionamento e a sociedade atual. Não se nega que o comércio ilegal está ligado a essa rede mundial estabelecida nos tempos atuais comerciais/sociais, gerando um impacto social, econômico, cultural e formativo. É papel de todos que haja uma mudança de consciência e um cuidado para com as futuras gerações cidadãs. Todos esses aspectos levantados demonstram como o problema é complexo de ser prevenido e erradicado, devendo haver políticas públicas intersetoriais para prevenir e findar essa exploração.

REFERÊNCIAS

Barreto Rodrigues, Luzania; Pontes Fraga, Paulo Cesar. **O julgamento de adolescentes varejistas do tráfico de drogas no Brasil: uma análise de processos judiciais.** Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, v. 18, n. 2, p. 148-168, 2020.

Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em: 07 de jun. de 2025.

Brasil. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em 07 de jun. de 2025.
Brasil. **Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm. Acesso em: 08 de maio de 2025.
Costa, Ana Paula Motta; BARROS, Betina Warmling. "**Traficante não é vagabundo": trabalho e tráfico de drogas na perspectiva de adolescentes internados**. Revista Direito e Práxis, v. 10, p. 2399-2427, 2019.
DA Veiga Dias, Felipe; Da Silva Linhares, Jennifer. **Punitivismo dos atos infracionais de tráfico de drogas na jurisprudência do Tribunal de Justiça do Rio Grande de Sul e o seu descompasso com a Súmula 492 do STJ**. Revista do Curso de Direito do UNIFOR, v. 14, n. 2, p. 234-258, 2023.
Feffermann, Marisa. O jovem/adolescente "trabalhador" do tráfico de drogas. **Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo**, v. 15, p. 137-155, 2018.
Ferreira, Isadora Santiago dos Santos. **O tratamento jurídico dado aos adolescentes infratores envolvidos no crime de tráfico de drogas no estado do Rio Grande do Sul nos últimos 5 anos: uma análise à luz da lei 8.069/1990**. 2023.
Freitas, Jonatan Cezimbra. **A (in) eficácia jurídica na proteção da criança e do adolescente contra o tráfico de drogas na cidade de Lajeado/RS**. 2017.
Kern, Meline Tainah. **A articulação intersetorial de políticas públicas para o enfrentamento do trabalho infantil no tráfico de drogas**. 2022.
Pereira, Tânia da Silva; Melo, Carolina de Campos. Infância e juventude: os direitos fundamentais e os princípios constitucionais consolidados na Constituição de 1988. **Revista da EMERJ**, v. 6, n. 23, p. 252-271, 2003.
Petruco, Letícia. **Soldadinhos do tráfico: um olhar sobre a criança e o adolescente envolvidos no tráfico de droga–a omissão do estado e a importância das ongs**. Caderno de Direito da Criança e do Adolescente, v. 1, p. 12-12, 2019.